

Demitidos de Collor

A decisão final do governo a respeito da reintegração dos demitidos no governo Collor foi adiada para dia 13 de outubro. A caravana dos demitidos que foi para Brasília pressionar o governo Itamar decidiu ficar acampada, aguardando os acontecimentos.

À perigo

Mais de 2 milhões de trabalhadores no Brasil participam de fundos de Previdência Complementar, do tipo Celos e Elos. O governo Itamar quer revogar a lei que rege as fundações e fazer valer um projeto de lei que propondo mudanças prejudiciais aos participantes destes fundos. Uma delas é o estabelecimento da idade mínima de 55 anos para concessão de benefícios. Sobre o futuros fundos, o dirigente Hélio Coimbra, participou como debatedor, dia 25 de setembro, em Londrina, de um encontro com sindicalistas.

Mulheres

Está acontecendo em Florianópolis a reunião da Coordenação Sul/Sudeste da Mulher Urbanitária, que é composta pelas duas federações (Fenatur/Fntiu). A coordenação foi composta durante o Encontro Nacional da Mulher Urbanitária ocorrido em agosto. Na pauta da reunião duas questões básicas: o envolvimento das mulheres na luta contra as privatizações e nos debates sobre a Revisão Constitucional.

Impeachment na Celos

A diretoria da Celesc mandou correspondência ao Conselho de Curadores da Celos dizendo que em função das negociações salariais não pode reunir a diretoria do Colegiado para tratar do impedimento dos dois diretores da Celos, objeto do ato deliberativo 31/93. Em função disto o Conselho de Curadores resolveu manter o impedimento até dia 13 de outubro. O Conselho se reunirá dia 14 para decidir a questão. Segundo o conselheiro João Paulo de Souza, é lamentável que a diretoria trate a questão com tanto des-caso.

Auxílio alimentação

Nos termos do Acordo Coletivo 93/94 da Celesc, o empregado que estiver em gozo de férias, licença prêmio, licença sem remuneração ou em auxílio doença, não poderão se utilizar do benefício. Também não têm direito ao benefício os empregados que têm jornada de trabalho inferior a 6 horas e os que faltarem ao serviço injustificadamente. Atenção pessoal: evitem aplicação de medidas disciplinares pela Celesc.

Exames periódicos

Durante as negociações a Celesc queria vincular o pagamento da Gratificação Anual, Gratificação de Férias e Gratificação de 25 anos à realização dos exames periódicos dos empregados, exigidos por lei, da empresa e dos empregados. A lei prevê sanções para ambos. Para evitar que a Celesc use do rigor da lei para punir quem não realizar o periódico, a Intersindical recomenda procurar o Serviço de Segurança e Medicina do Trabalho para regularizar a situação.

Eleição na Elos

O Diretor Superintendente da Eletrosul divulgou o nome dos candidatos registrados para as eleições da Elos. Para membro da Diretoria Executiva se inscreveram: Claudius Charles Girard, Edegar Saraiva Pereira e Rogério Benjamim Schmitt. Para membro do Conselho Fiscal se inscreveram: Fernando Quiroga Daniel, Hugo Favarin Daniel, Valcir Mazuco. O Linha Viva se coloca à disposição dos candidatos que desejarem divulgar suas propostas.

LINHA VIVA

Nº 244
07/ 10/93

Faltou dinheiro nas contas de Verdine

Fernando Verdine, Secretário da Fazenda, nunca pensou que um dia seria traído pela matemática. Ele, que é funcionário da Celesc e que já foi presidente desta empresa, disse semana passada, para toda imprensa, que a Celesc está valendo hoje 800 milhões de dólares.

Há quatro meses atrás porém, ele mesmo, como secretário, pôs à venda ações da Celesc. Foram 18% das ações da empresa, vendidas por 12,5 milhões de dólares. Disseram, na ocasião, que foi um ótimo negócio. Só que as contas não fecham. Se 18% da Celesc custaram 12,5 milhões de dólares, a empresa inteira não custaria mais que 70 milhões de dólares. Uma bagatela perto dos 800 milhões que Verdine afirma valer.

Outro indício de que a matemática é traiçoeira é que as ações da Celesc, nos últimos quatro meses tiveram um ganho na Bovespa (Bolsa de Valores de São Paulo) de mil por cento - 1.000%. Se alguém ganhou estes 1.000%, significa que o Estado de Santa Catarina perdeu do seu patrimônio estes mesmos 1.000%.

Todas estas declarações de negócios e valores inexplicáveis reforçaram a intenção da Intersindical de realizar um levantamento sobre os aspectos morais e legais que envolveram o negócio com o Banco

Morgan (as ações da Celesc foram trocadas por uma dívida do governo estadual com este banco).

Arno Cugnier, diretor do Sinergia, faz a pergunta que todos andam se fazendo: "será que os cidadãos Verdine e Vilson Kleinubing também venderiam suas casas por 1/10 do seu valor, como fizeram com as ações da Celesc?"



Movimento cívico mobiliza contra o golpe da Revisão

Aquele antigo slogan "Aqui Ninguém Se Rende", que traduz a teimosia de quem busca Justiça quando tudo é desfavorável, pode ser aplicado hoje ao Movimento Cívico Contra a Revisão Constitucional. Formado por entidades como a OAB, CNBB, ABI, CUT eles brigam para defender a Constituição contra o assalto do "Novo Centrão" (um grupo de deputados e senadores neoliberais que querem mudar a Carta Magna a título de "reforma" constitucional).

Em menos de quatro anos os brasileiros são enganados duas vezes pelos poderosos. A primeira foi na "montagem" daquele que se tornou o mais vergonhoso presidente da história do país. A segunda, que estamos assistindo agora, é este episódio da revisão constitucional. Mais uma vez a manipulação total da opinião pública cria outra mentira igual ao Collor. Os interesses são os mesmos.

Os jornais, rádios, televisão, o discurso dos políticos, as declarações de empresários e empregados do poder estrangeiro martelam na mesma tecla e fazem assim sua "lavagem cerebral". A ponto de jornalistas "imparciais" como Lilian Vite Fibe chamar a revolta de Moscou de "escaramuça de funcionários públicos contra a lei do mercado livre" e logo depois falar das privatizações no Brasil e da intransigência de alguns em não aceitar a "reforma" constitucional. Quer dizer: qualquer fato virou motivo para sermão. O deputado Nelson Jobim (PMDB), provável relator da "reforma" constitucional disse que as galerias do Congresso vão ficar fechadas ao público e que há tanto policiamento em torno do prédio nos últimos três dias porque só quem chega lá são forças corporativistas e não o povo.

Será que foram "forças corporativistas" que compraram deputados semana passada pela bagatela de 30 mil dólares, ou foram partidos políticos? Estas são as "leis de mercado" que querem fazer valer?

Estas "forças corporativistas" ou "inimigos da modernidade" representam na verdade os movimentos populares, os sindicatos, os trabalhadores organizados

que resistem ao desmantelamento irresponsável do patrimônio público e ao aumento do contingente de miseráveis que constituem o perverso saldo do projeto neoliberal.

Enquanto isto o Novo Centrão vai articulando suas teses que afirmam o fim dos monopólios, principalmente estatal de telecomunicações, petróleo e energia e acabar com qualquer restrição ao capital estrangeiro.

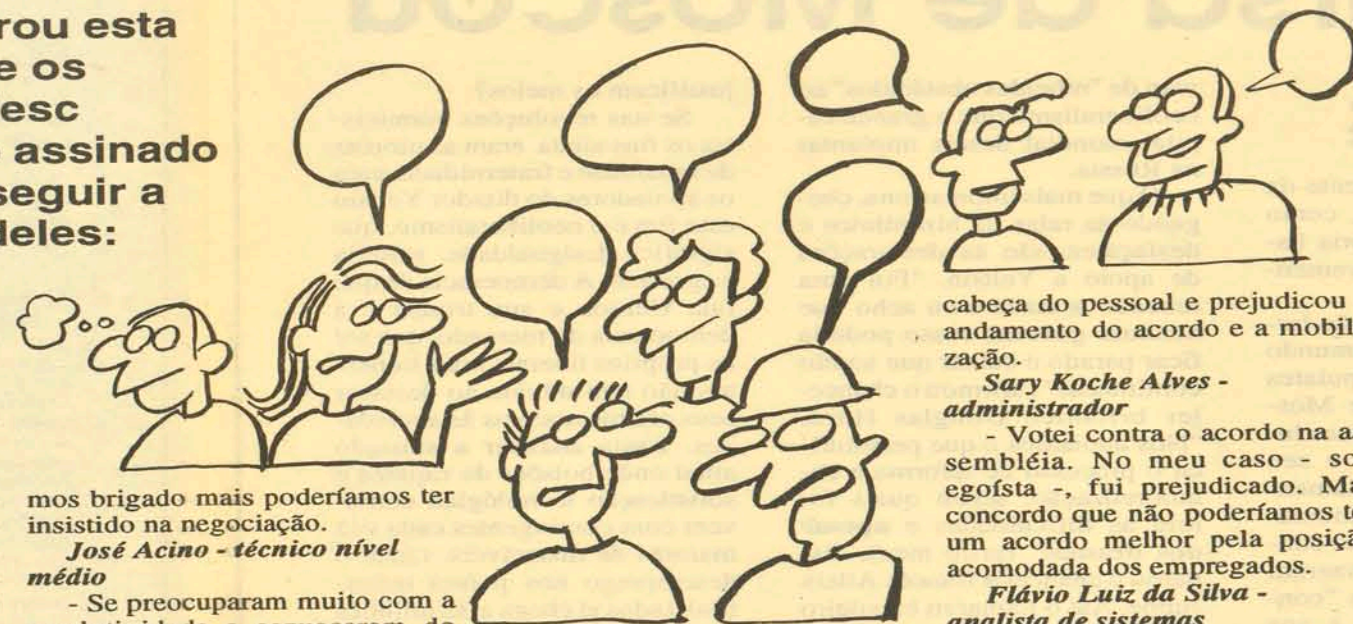
Vale saber que o ministro da Fazenda voltou dos EUA "estranho", pedindo ao Congresso "aprovação imediata da lei das concessões públicas para que o capital privado possa assumir o setor elétrico". Ele quer vender tudo para cobrir um rombo de 30 bilhões de dólares no ano que vem (quanto disso é para pagamento da dívida externa?). E em 95 o que é que vai pagar o rombo? Ficaremos sem nenhum pa-

trimônio e com as contas cada vez maiores. Vale saber que o rei da soja, Olacir Moraes (que ficou rico na década de 70 graças ao subsídio para a agricultura) já avisou que a RFFSA (nossa rede ferroviária) é dele, "para escoar a soja".

O Movimento Cívico não se rende. E por isto, sem esperar muito da Justiça, acredita que outra estratégia para fazer frente à "reforma" é a obstrução no Congresso, com apresentação de emendas em cima de emendas e a mobilização popular. E esperar que a briga no Novo Centrão divida suas forças. É que o desespero da elite para fazer tudo antes que chegue 94 (e as eleições) é tão grande, que além da discussão do regimento interno da "reforma" brigam pelo que será votado antes. O PSDB e PMDB querem priorizar a discussão da reforma tributária, fiscal e previdenciária, para ajudar Fernando Henrique Cardoso. O PFL, PPR e afins querem entrar logo na reforma econômica, com o que chamam de "quebra de monopólios e choque de capitalismo". E para ajudar um pouco mais, Nelson Jobim propôs um regimento que permite que cada item entre na pauta com apenas 193 votos e seja votado sumariamente. A pressa é toda deles, sua fome em devorar nosso patrimônio é voraz.

Eletricitários avaliam o acordo

O Linha Viva procurou esta semana saber o que os empregados da Celesc acharam do acordo assinado com a empresa. A seguir a opinião de alguns deles:



- Poderia ter havido mais avanços, mas foi diretamente proporcional à mobilização do pessoal da Central. Teríamos conseguido mais, se estes empregados não tivessem ficado no imediatismo dos 85%. Eles receberam o "cala boca" e não se preocuparam com questões mais sérias como a política salarial que é para aposentado e não para trabalhadores.

Viviane Remor - secretária

- Não ganhamos praticamente nada. Só a garantia de emprego. O resto é a mesma política do governo. Votei à favor da proposta na assembleia porque cheguei atrasado. Mas se fosse feita nova votação hoje, eu me absteria, porque também não foi tão ruim assim. Pelo menos zeramos, tivemos os 85%. Mas comparativo com o Besc ficamos a dever. Se tivésse-

mos brigado mais poderíamos ter insistido na negociação.

José Acino - técnico nível médio

- Se preocuparam muito com a produtividade e esqueceram do reajuste mensal. Comparado com o Besc, ficou inferior. Era só ter feito um movimento mais forte, até uma greve, e aí sim teríamos o mesmo que o Besc.

Geraldo Moritz Ferreira - auxiliar técnico

- Negativo. Poderia ter sido melhor em relação ao que já conseguimos no passado. Um ponto negativo foi o redutor de salário em novembro. Tivemos ganhos

em cláusulas sociais e o resto ficou igual ao ano passado.

José Luiz Cavichioli - chefe de divisão

- Não houve avanços. Para o pessoal até seis salários foi dada a lei e para quem ganha mais houve esta redução de novembro. Os 85% foram um "tapa boca" e seu valor é mascarado porque iremos receber em outubro, sobre o salário de agosto. Quer dizer: não representam nem 30%. Isto subiu à

cabeça do pessoal e prejudicou o andamento do acordo e a mobilização.

Sary Koche Alves - administrador

- Votei contra o acordo na assembleia. No meu caso - sou egoísta -, fui prejudicado. Mas concordo que não poderíamos ter um acordo melhor pela posição acomodada dos empregados.

Flávio Luiz da Silva - analista de sistemas

- Não achei ótimo, mas foi melhor que bom. A gente estava defasado e 85% em cima do salário foi bom. Em relação ao mercado está bom. Acho só que os aumentos deveriam ser escalonados. Quem ganha pouco poderia ter um percentual maior. Nós, pequenos, acabamos dando força para os maiores.

Walmor de Souza Silva - eletricitista

OPINIÃO

Gerando Consciência

José Amarildo Rampelotti - Diretor do Sintevi

O episódio que ocorreu no Vale do Itajaí, mais especificamente em Itajaí, na semana passada, com relação ao Acordo Coletivo 93/94, quando os eletricitários daquela região rejeitaram a proposta da empresa, no mínimo merece uma reflexão mais profunda de todos os eletricitários e principalmente daqueles que têm a responsabilidade de conduzir os rumos desse sindicato e daqueles que compõem, enquanto representantes dos trabalhadores, a Intercel.

Fomos, é certo, no passado e no presente, em alguns momentos, corporativistas. E este corporativismo nos uniu em muitas lutas em que conquistas importantes foram alcançadas, a ponto de sermos vistos como "marajás" em nosso Estado.

Porém, não é verdade que somos "marajás". Nem é verdade que nosso salário é alto. Mas é verdade que todas essas lutas, mesmo que não voltadas para a construção de um projeto melhor para toda sociedade, criaram consciência, despertaram no trabalhador a vontade de construir seus próprios rumos.

O acontecimento de Itajaí é uma clara demonstração disto.

A lição que tiramos dele é que existe um momento em que é preciso, efetivamente, que o trabalhador participe, que ele decida sobre as questões que lhe dizem respeito. É preciso sempre, ouvir as bases.

Vale registrar apenas um alerta aos companheiros de Itajaí. Algumas pessoas, principalmente alguns "chefes", tentaram usar este momento com o objetivo de desarticular o movimento dos trabalhadores. Estas pessoas, logo, serão desmascaradas para que o trabalhador perceba quem realmente está ao seu lado.

Precisamos aprender, cada vez mais, a exigir de quem nos representa, que o faça da forma que nós efetivamente quisermos. Para isto temos que ir às últimas consequências, inclusive dizer que a Intercel falhou como disseram os companheiros de Itajaí. Mas é preciso também que aprendamos a identificar em nosso meio aqueles que de uma maneira leviana tentam nos enfraquecer para depois impor suas vontades mesquinhas.

Jacuí: esclarecendo todas as suspeitas

Além de ter atizado a curiosidade da imprensa gaúcha, que começou a esmiuçar o negócio, o dossiê Jacuí/Copelmi, elaborado pela Intersindical, também motivou os deputados do Rio Grande do Sul. A Assembleia Legislativa gaúcha convocou para depor, dia 21 de outubro, os presidentes da Eletrosul, da Copelmi, da CRM e o presidente do Senergisul.

No Senado Federal, Eduardo Suplicy (PT-SP) requereu ao Ministro das Minas e Energia, as seguintes informações:

1 - qual o custo para finalizar a construção da usina Jacuí?

2 - qual é a empresa ou consórcio de empresas responsável pela conclusão da obra?

3 - como se processou a escolha desta empresa ou consórcio? (juntar cópia do processo ou licitatório).

4 - quais fontes de recursos previstos para pagamento da conclusão da obra? (juntar cópia cronograma de desembolso).

5 - qual a forma jurídica adotada para a viabilização da parceria Eletrobrás/empresa privada? (juntar o contrato ou outro instrumento jurídico porventura utilizado).

6 - qual o fundamento jurídico que embasou o modelo de parceria?

TRIBUNA LIVRE

Mercado persa*

Intersindical dos Eletricitários do Sul do Brasil

Mais uma vez a Intersindical dos Eletricitários do Sul do Brasil toma a iniciativa de se dirigir a Vossa Excelência no sentido de manifestar sua preocupação quanto a ameaça de desmantelamento do setor estatal e a consequente desorganização da infra-estrutura do país.

Diariamente a grande imprensa noticia a intenção de se vender segmentos vitais para a economia, como o setor petrolífero, a área de telecomunicações e, agora, por último, o Sistema Eletrobrás. A impressão que se tem é que o Brasil foi transformado num grande mercado persa onde, além de tudo estar à venda, aceita-se qualquer tipo de barganha. Aqueles que se posicionam contrários à dilapidação do patrimônio público são logo enquadrados como "corporativistas" ou "inimigos da modernidade". A ideologia do neo-liberalismo tenta desqualificar com estes chavões a crítica aos particularismos escusos de seus projetos.

Enquanto isto, técnicos do Ministério da Fazenda vão a Washington e voltam estimulando a privatização do setor elétrico. O chefe do Departamento de Energia do BNDES, Mário Guedes, divulga nos jornais que está a procura de sócios privados para assumir obras de geração. O presidente da Eletrobrás, José Alqueres, só fala na criação de consórcios.

Afinal, que interesses defendem estas pessoas? Quem lhes deu legitimidade para estas atribuições? Provavelmente não passam de agentes à serviço da grande capital, atuando como verdadeiros leiloeiros, priorizando negócios obscuros à revelia da Nação.

Para demonstrar que nossa preocupação procede, estamos encaminhando em anexo, para Vossa apreciação, o relatório elaborado pela Intersindical que trata da criação de um consórcio visando a conclusão da obra de Jacuí I, que é um exemplo concreto de como são as relações privadas dentro do setor estatal.

Por último, Senhor Presidente, queremos alertar Vossa Senhoria para a prática do fato consumado que está sendo colocada pelos burocratas de plantão, desvinculadas de uma política global que contemple o desenvolvimento do país e o bem estar da população.

* Carta enviada pela Intersul ao Presidente da República

EXPEDIENTE
Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina com tiragem de 7.500 exemplares. Diretor Responsável: Rosemeri Dolor Siqueira. Editores: Gastão Cassel (DRT/RS 6166) e Maril Cristina Scamazzon (DRT/RS 4966). Ilustrações: Frank Maia. Diagramado e composto na Estação de Editoração Eletrônica do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis. Impressão: Gráfica do jornal O Estado. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP: 88015-030. Fone (0482) 22-3866. Telefax: (0482) 23-5596. Cartas para a Tribuna Livre não podem ter mais de 30 linhas, e sua publicação fica a critério dos editores. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.



A farsa de Moscou

Luiz Cézare Vieira
Diretor do Sinergia

Boris Yeltsin, presidente da Rússia, é uma farsa que, como Fernando Collor, a história haverá de desmascarar brevemente.

As imagens do golpe são fartas na TV e jornais. Todo mundo viu as manifestações populares anti-Yeltsin nas ruas de Moscou. Mais de 15 mil pessoas lutaram contra o ditador e seu exército, em apoio ao Parlamento, à Constituição e à Democracia. Esta forte oposição, ao contrário do que muitos fizeram crer, não se resumiu aos "conservadores comunistas" e aos "burocratas da nomenclatura". Apesar do novo PC Russo ter uma representatividade considerável e contar com 800 mil filiados, o leque ideológico que se opôs ao golpe foi desde a esquerda até partidos de direita nacionalista, passando por liberais, anarquistas, entidades de direitos humanos e czaristas.

O que vinha acontecendo naquele país era o gradativo fortalecimento da democracia e da sociedade civil, com a organização popular em partidos, sindicatos e outras entidades. Foram estas mesmas forças democráticas que apoiaram Gorbachov e Yeltsin em agosto de 1991, mas que agora, para a grande imprensa, não passa-

vam de "rebeldes obstáculos" ao neoliberalismo que o grande capital mundial deseja implantar na Rússia.

O que mais impressiona, chegando às raias da bizantinice e desfaçatez, são as declarações de apoio a Yeltsin. "Foi uma rebelião armada e eu acho que nenhum governo russo poderia ficar parado e deixar que aquilo continuasse", afirmou o chanceler britânico Douglas Hurd. "Nós apoiamos o que personifica o processo de reforma e democratização, sejam quais forem as dificuldades e **apesar dos dramas**" (grifo meu), disparou o chanceler francês Allain Juppe. Até o Itamarati brasileiro reiterou apoio ao compromisso do presidente russo em "consolidar a democracia naquele país". "Está claro que as forças de oposição começaram o conflito e que o presidente Yeltsin não teve alternativa senão a de agir e restabelecer a ordem", não deixou por menos Bill Clinton.

É o cúmulo da cretinice. Então o tirano se imbuí de poderes, fecha o Parlamento, ignora a Constituição, rechaça a reação popular a tiros de canhão, mata centenas - numa violência considerada superior à da revolução bolchevique -, fecha os jornais de oposição, implanta uma ferrenha ditadura e é aclamado pelos Estados Unidos e sua claque como o arauto da democracia?

Afinal, após todos estes anos de aprendizagem moral, apesar de todos os exemplos históricos como os próprios descaminhos da revolução bolchevique, eis que, de repente, os poderosos do mundo vêm reafirmar aquela tese já superada de que os fins

justificam os meios?

Se nas revoluções comunistas os fins ainda eram as utopias de igualdade e fraternidade, para os apoiadores do ditador Yeltsin este fim é o neoliberalismo, que significa desigualdade, miséria e egoísmo. A democracia de que fala Clinton e sua troupe é a democracia do mercado, que até os próprios liberais mais honestos não têm dúvida ao destacar seus efeitos nocivos às sociedades. Basta analisar a situação atual onde bolsões de riqueza e sofisticação tecnológica convivem com contingentes cada vez maiores de miseráveis. Onde o desemprego nos países industrializados já chega a 32 milhões de trabalhadores. Onde a pobreza, nos próprios Estados Unidos, atinge 40 milhões de pessoas. Sem falar nos países subdesenvolvidos e desenvolvidos, em que o "progresso econômico vai deixando para trás centenas de milhões de pessoas", como afirmou Michel Camdessus, diretor gerente do FMI.

Em nome desta "democracia" é que foi implantada a ditadura na Rússia. O precedente foi dado por Fujimori no Peru, e aos poucos o Capital vai forjando suas utopias às avessas para a humanidade, mas muito ao gosto da elite minoritária que não quer perceber que a barbárie vai se nutrendo nas mãos invisíveis do mercado.

São imprevisíveis os futuros desdobramentos na Rússia. Mas hoje a guerra civil é uma possibilidade concreta na agenda daquele país. O caminho a ser trilhado para a emancipação do povo russo certamente não estará no retorno ao velho sistema, muito menos nos planos que o neoliberalismo lhe reserva. Pelo menos uma tese poderemos confirmar com estes últimos acontecimentos. A de que a ditadura vai se transformando num instrumento muito útil e muito normal para forjar o templo do "deus mercado".

Programação

Esta é a programação de cinema do Centro Integrado de Cultura até a próxima quarta-feira. Os eletricitários têm direito a meia entrada com a apresentação da carteira do Sinergia, conforme convênio do Sindicato com o CIC.

Dia 07 - Quinta-feira

21h - O retorno de Casanova

Dia 08 - Sexta-feira

21h - Indochina

Dia 09 - Sábado

18h30min - Indochina

21h - L-627

Dia 10 - Domingo

16h30min - O retorno de Casanova

18h30min - Indochina

21h - L-627

Dia 11 - Segunda-feira

21h - L-627

Dia 12 - Terça-feira

21h - Indochina

Dia 12 - Quarta-feira

21h - Indochina

Qualquer alteração na programação é de exclusiva responsabilidade do CIC.

